

INDELA

IN
TER
NET
LAB

Promoção e defesa de direitos
no contexto da expansão da
tecnologia biométrica no Brasil

OBJETIVO

Estimular o debate acadêmico e público sobre impactos e riscos associados à vigilância em massa com emprego de tecnologias biométricas no Brasil, e promover parâmetros de direitos humanos, como o respeito ao devido processo legal, proteção de dados, presunção de inocência.

CONTEXTO

A segurança pública permanece tendo centralidade nos debates públicos, eleitorais e parlamentares. O Brasil tem legislado a respeito da proteção de dados, criando em 2019 uma comissão de juristas para redação do anteprojeto que trata da proteção de dados na segurança pública e na persecução penal; tem sediado relevantes litígios sobre proteção de dados; mas tem também investido na integração de sistemas, alargado as hipóteses de tratamento de dados biométricos, financiado a expansão e integração de bancos de dados e facilitando o seu compartilhamento entre órgãos do Estado. Estão em disputa, portanto, projetos antagônicos de incremento da vigilância e endurecimento da punição, por um lado; e proteção de dados, como forma de prevenir usos desproporcionais, garantir a privacidade e a autodeterminação informacional, por outro.

Este tema está na agenda das autoridades brasileiras e a intervenção neste debate e momento regulatório são cruciais para a cidadania brasileira na era digital.

“ Há uma grande falta de transparência sobre o tratamento de dados biométricos pelo Estado.



CONQUISTAS DO PROJETO

O InternetLab participou junto com outras organizações no desenvolvimento da estratégia e na ação judicial contra a implantação de câmeras de reconhecimento facial no metrô de São Paulo. A ação para acesso às informações que motivaram a contratação do sistema foi concedida e a juíza solicitou ao Metrô de São Paulo esclarecimentos sobre a base legal do uso da tecnologia, cuidados contra riscos e detalhes técnicos do sistema de reconhecimento facial.

COMO ELES FIZERAM ISSO?

- Produção e disseminação de conhecimento (edição do livro *Direitos Fundamentais e Processo Penal na era digital*, vol. 2).
- Construção da agenda e engajamento no debate público e intersetorial sobre riscos do uso de reconhecimento facial pelo setor privado.
- Promoção do debate acadêmico sobre tecnologias de vigilância em massa (III Congresso Direitos Fundamentais e Processo Penal na era digital).
- Suporte técnico a atividades de litígio estratégico bem-sucedido.
- Construção e fortalecimento de redes de pesquisa e incidência no tema.

PUBLICAÇÕES

- Livro “[Direitos fundamentais e processo penal na era digital: doutrina e prática em debate vol. 2](#)”.
- Guia “[Reconhecimento facial e o setor privado: guia para adoção de boas práticas](#)”.